

Demonstrações financeiras

Águas de Votorantim S.A.

31 de dezembro de 2025
com relatório do auditor independente

Águas de Votorantim S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Águas de Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Votorantim S.A. (“Concessionária”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name and title.

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O

Águas de Votorantim S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.293	20.053
Contas a receber de clientes	7	12.963	12.128
Estoques		1.683	1.678
Créditos com partes relacionadas	16	54	24
Tributos a recuperar		17	11
Despesas antecipadas		191	186
Outros ativos		348	246
		38.549	34.326
Não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas		2.377	2.283
Contas a receber de clientes	7	79	-
Tributos a recuperar		80	192
Ativo de direito de uso	8	390	659
Imobilizado	9	1.454	1.499
Ativo de contrato	10	17.077	15.701
Intangível	11	87.014	79.649
		108.471	99.983
Total do ativo		147.020	134.309

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		395	718
Empréstimos e financiamentos	12	5.815	5.502
Passivo de arrendamentos	12	381	321
Obrigações tributárias	13	1.422	1.271
Obrigações trabalhistas		1.834	1.790
Ônus da concessão		221	199
Obrigações com acionistas	16	3.863	13.684
Débitos com partes relacionadas	16	320	278
Outras obrigações	17	1.813	1.919
		16.064	25.682
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	61.129	51.563
Passivo de arrendamentos	12	100	457
Tributos diferidos	15	3.172	2.470
Provisões para contingências	14	222	205
		64.623	54.695
Patrimônio líquido	18		
Capital social		27.600	27.600
Reservas de lucros		27.599	26.332
Dividendos adicionais propostos		11.134	-
		66.333	53.932
Total do passivo e patrimônio líquido		147.020	134.309

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	19	91.839	84.555
Custo dos serviços prestados	20	(50.620)	(44.788)
Lucro bruto		41.219	39.767
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(17.667)	(17.084)
Outras receitas operacionais		1.305	161
		(16.362)	(16.923)
Receita operacional antes do resultado financeiro		24.857	22.844
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	3.626	2.910
Despesas financeiras	22	(4.134)	(4.084)
		(508)	(1.174)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		24.349	21.670
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15b	(7.383)	(6.425)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15b	(702)	(838)
Lucro líquido do exercício		16.264	14.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	16.264	14.407
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>16.264</u>	<u>14.407</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2024	21.600	2.160	1.540	17.647	-	-	42.947
Aumento de capital	6.000	-	-	(6.000)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	14.407	14.407
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva Legal	-	720	-	-	-	(720)	-
Reserva de investimentos	-	-	513	-	-	(513)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.422)	(3.422)
Retenção de lucros	-	-	-	9.752	-	(9.752)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.600	2.880	2.053	21.399	-	-	53.932
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.264	16.264
Proposta de destinação do resultado do exercício:							
Reserva Legal	-	813	-	-	-	(813)	-
Reserva de investimentos	-	-	23	-	-	(23)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.863)	(3.863)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	11.134	(11.134)	-
Retenção de lucros	-	-	-	431	-	(431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.600	3.693	2.076	21.830	11.134	-	66.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Votorantim S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	24.349	21.670
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	6.281	5.459
Juros de empréstimos e arrendamento e amortização dos custos de transação sobre empréstimos	2.207	3.057
Variações monetárias	692	439
Atualização monetária das contingências	23	26
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	1.624	1.093
Reversão de contingências	(6)	-
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(49)	-
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(2.538)	(1.755)
Estoques	(5)	(424)
Tributos a recuperar	(519)	(678)
Despesas antecipadas	(5)	7
Outros ativos	(102)	116
Aplicações financeiras vinculadas	(94)	44
Fornecedores	(323)	(335)
Obrigações tributárias	87	40
Obrigações trabalhistas	44	78
Ônus da concessão	22	8
Partes relacionadas	12	(12)
Outras obrigações	(107)	(682)
	31.593	28.151
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.693)	(5.939)
Pagamento dos juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.483)	(3.696)
Pagamento dos juros sobre arrendamentos	(86)	(116)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	21.331	18.400
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(161)	(197)
Adições ao intangível e ativo de contrato	(11.177)	(9.290)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	49	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(11.289)	(9.488)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(13.684)	-
Pagamentos dos empréstimos e financiamentos	(5.541)	(5.382)
Captações de empréstimos e financiamentos	12.758	-
Pagamento dos arrendamentos	(335)	(267)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(6.802)	(5.649)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.240	3.263
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.053	16.790
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.293	20.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Águas de Votorantim S.A. (a “Concessionária”), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Avenida Reverendo José Manoel da Conceição, 1.593, Protestantes, no Município de Votorantim, São Paulo - Brasil, controlada em conjunto pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. - SAAB e SGA - Sistemas de Gestão Ambiental S.A., é uma sociedade de propósito específico que explora os serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário através do Contrato de Concessão entre o município de Votorantim (Concedente) e a Águas de Votorantim S.A. (Concessionária), vencedora do processo licitatório que deu origem ao contrato de nº 46/2012 de 30 de março de 2012, com vigência de 30 anos, a partir da data de assunção do sistema pela Concessionária, ocorrida em 18 de junho de 2012, com término previsto para 17 de junho de 2042. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no limite territorial urbano do município de Votorantim, estado de São Paulo. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da concessão.

O presente contrato de concessão possui cláusulas de outorga (paga ao poder concedente no início do contrato) e das taxas de regulação (TRA) e de fiscalização (TRF), equivalentes a 1,5% cada sobre o valor bruto efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês.

Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para o Poder Concedente.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária.

Em 27 de fevereiro de 2026, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Ônus da concessão

Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 11), pago no início da concessão.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas.

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - reconhecimento inicial--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal;

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Tributos--Continuação

Tributos sobre as receitas

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Nome do tributo</u>	<u>Alíquotas</u>
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

3.10. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais

O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais -Continuação

3.11. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.12. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:--Continuação

A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Concessionária são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1);
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias Sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período do relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo IFRS 10/CPC 36 (R3), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:

O *International Accounting Standards Board* – IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 – Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de Caixa).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Concessionária. No entanto, a Concessionária continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária.

b) *Provisões para riscos cíveis, ambientais e trabalhistas*

A Concessionária reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

c) *Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber*

A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.1. Instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	23.151	23.151	20.008	20.008
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.377	2.377	2.283	2.283
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	13.042	13.042	12.128	12.128
Crédito de partes relacionadas	Custo amortizado	-	54	54	24	24
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	395	395	718	718
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	66.944	64.244	57.065	57.065
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	-	481	481	778	778
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	221	221	199	199
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	320	320	278	278

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária.

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas as taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado--Continuação

Risco de taxas de juros--Continuação

A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"), da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

A análise de sensibilidade dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação), utilizou as projeções da SELIC, TJLP, IPCA e CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	23.151	26.075	25.343	26.807
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.377	2.677	2.602	2.752
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(2.789)	(3.131)	(3.045)	(3.216)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(11.076)	(11.835)	(11.645)	(12.024)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(53.676)	(55.828)	(55.292)	(56.365)
Passivo líquido		(42.013)	(42.042)	(42.037)	(42.046)
Efeito líquido			(29)	(24)	(33)
CDI (a.a.)			12,63%		
SELIC (a.a.)			12,25%		
TJLP (a.a.)			6,85%		
IPCA (a.a.)			4,01%		

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (valores não descontados):

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	395	395	-	-
Empréstimos e financiamentos	67.541	5.864	5.660	56.017
Passivos de arrendamento	481	381	100	-
Ônus da concessão	221	221	-	-
Débitos com partes relacionadas	320	320	-	-
	68.958	7.181	5.760	56.017
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	718	718	-	-
Empréstimos e financiamentos	57.711	5.551	5.408	46.752
Passivos de arrendamento	778	321	362	95
Ônus da concessão	199	199	-	-
Débitos com partes relacionadas	278	278	-	-
	59.684	7.067	5.770	46.847

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 podem ser assim sumariados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	66.944	57.065
Passivos de arrendamento (Nota 12)	481	778
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(23.293)	(20.053)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(2.377)	(2.283)
Dívida líquida (a)	41.755	35.507
Total do patrimônio líquido (b)	66.333	53.932
Total do capital (a+b)	108.088	89.439
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	39%	40%

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	142	45
Aplicações financeiras	23.151	20.008
	23.293	20.053

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração média relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 101,10% do CDI (101,53% em 2024).

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	18.102	15.697
Clientes - parcelamento (b)	577	410
Pontos arrecadadores (c)	82	116
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(5.719)	(4.095)
	13.042	12.128

Ativo circulante	12.963	12.128
Ativo não circulante	79	-
(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência).		
(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos.		
(c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária.		

O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Faturado	7.846	6.966
Não faturado	3.874	3.394
Vencidas		
Até 30 dias	1.364	1.263
De 31 a 60 dias	517	425
De 61 a 90 dias	303	199
De 91 a 180 dias	460	402
Mais de 180 dias	4.397	3.574
	18.761	16.223

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(4.095)	(3.002)
(+) Constituições	(1.624)	(1.093)
Saldo final	(5.719)	(4.095)

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	1.416	(1.026)	390	1.377	(718)	659
	1.416	(1.026)	390	1.377	(718)	659

Movimentação do ativo de direito de uso

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2025
	Imóveis	659	39	(308)
	659	39	(308)	390

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2024
	Imóveis	805	139	(285)
	805	139	(285)	659

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	1.361	(1.012)	349	308
Veículos	20%	143	(140)	3	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	1.934	(931)	1.003	1.081
Máquinas e equipamentos	10%	34	(19)	15	9
Móveis e utensílios	10%	363	(279)	84	95
		3.835	(2.381)	1.454	1.499

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
	Equipamentos de informática	308	143	(102)
Veículos	6	-	(3)	3
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.081	-	(78)	1.003
Máquinas e equipamentos	9	9	(3)	15
Móveis e utensílios	95	9	(20)	84
	1.499	161	(206)	1.454

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado--Continuação

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	205	173	(89)	19	308
Veículos	14	-	(8)	-	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.158	-	(77)	-	1.081
Máquinas e equipamentos	5	6	(2)	-	9
Móveis e utensílios	97	18	(20)	-	95
	<u>1.479</u>	<u>197</u>	<u>(196)</u>	<u>19</u>	<u>1.499</u>

10. Ativo de contrato

	31/12/2025	31/12/2024
Infraestrutura em construção	<u>17.077</u>	<u>15.701</u>
	<u>17.077</u>	<u>15.701</u>

Movimentação do ativo de contrato

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Infraestrutura em construção	15.701	14.404	(13.028)	17.077
	<u>15.701</u>	<u>14.404</u>	<u>(13.028)</u>	<u>17.077</u>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	30.889	11.894	(27.064)	(18)	15.701
	<u>30.889</u>	<u>11.894</u>	<u>(27.064)</u>	<u>(18)</u>	<u>15.701</u>

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

Custos de empréstimos capitalizados

Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 3.331 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.745 em 2024).

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	31/12/2025		31/12/2024	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	277	(274)	3	6
Desenvolvimento de projetos	3,33%	198	(191)	7	3
Ônus da concessão	3,5%	10.000	(4.530)	5.470	5.805
Concessão/Infraestrutura	-	112.460	(30.926)	81.534	73.835
		122.935	(35.921)	87.014	79.649

Os valores reconhecidos no intangível acima demonstrados como concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	160	(62)	98	90
Adutoras	2.543	(886)	1.657	1.772
Estação de tratamento de água - ETA	8.281	(2.084)	6.197	6.016
Reservatório	7.303	(1.474)	5.829	5.862
Booster	67	(14)	53	56
Elevatória - água	1.142	(142)	1.000	776
Substituição/expansão de rede de água	15.986	(3.629)	12.357	10.098
Ligação de água	7.308	(1.641)	5.667	6.019
Ligação de esgoto	3.422	(907)	2.515	2.286
Substituição/expansão de rede de esgoto	19.365	(4.416)	14.949	13.219
Elevatória - esgoto	8.474	(869)	7.605	4.590
Estação de tratamento de esgoto - ETE	15.890	(2.813)	13.077	12.720
Emissário	3.398	(837)	2.561	2.718
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.533	(451)	1.082	1.120
Máquinas e equipamentos	16.596	(9.711)	6.885	6.463
Veículos	992	(990)	2	30
	112.460	(30.926)	81.534	73.835

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	6	-	(3)	-	3
Desenvolvimento de projetos	3	7	(3)	-	7
Ônus da concessão	5.805	-	(335)	-	5.470
Concessão/Infraestrutura	73.835	97	(5.426)	13.028	81.534
	<u>79.649</u>	<u>104</u>	<u>(5.767)</u>	<u>13.028</u>	<u>87.014</u>

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	9	-	(3)	-	6
Desenvolvimento de projetos	35	-	(32)	-	3
Ônus da concessão	6.139	-	(334)	-	5.805
Concessão/Infraestrutura	51.239	141	(4.609)	27.064	73.835
	<u>57.422</u>	<u>141</u>	<u>(4.978)</u>	<u>27.064</u>	<u>79.649</u>

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos				
FINEM (a)	SELIC/IPCA/TJLP	entre 1,66% e 9,05% a.a.	67.541	57.711
(-) Custos de transação			(597)	(646)
Total de empréstimos e financiamentos			<u>66.944</u>	<u>57.065</u>
Circulante			5.815	5.502
Não circulante			61.129	51.563
Passivos de arrendamento				
Arrendamentos direito de uso (Vide Nota 8)		12,38 e 13,99% a.a.	481	778
Circulante			381	321
Não circulante			100	457
Endividamento total			<u>67.425</u>	<u>57.843</u>
Endividamento total - Circulante			6.196	5.823
Endividamento total - Não circulante			61.229	52.020

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

(a) FINEM

Os contratos FINEM foram obtidos nos exercícios de 2015, 2018 e 2025 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no montante total contratado de R\$ 123.046. Os contratos foram celebrados com prazo de carência de 30 (trinta), 32 (trinta e dois) e 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com termos previstos para 2030, 2040 e 2042, respectivamente.

Essas operações têm como objetivo a modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Votorantim - SP e são amparadas por cessão fiduciária de direitos creditórios e conta reserva.

Covenants

Determinados contratos possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2025.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	57.065	60.018
Captações	12.758	-
Juros e encargos financeiros	5.404	5.637
Variações monetárias	692	439
Amortização do principal	(5.541)	(5.382)
Amortização dos juros	(3.483)	(3.696)
Amortização dos custos de transação	49	49
Saldo final	66.944	57.065

Passivos de arrendamento	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	778	906
Adições e remensurações	39	139
Juros e encargos financeiros	85	116
Amortização do principal	(335)	(267)
Amortização dos juros	(86)	(116)
Saldo final	481	778

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento--Continuação

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	5.408	-	5.408
2027	5.660	(49)	5.611	5.408	(49)	5.359
2028	5.660	(49)	5.611	5.408	(49)	5.359
Após 2028	50.357	(450)	49.907	35.936	(499)	35.437
	61.677	(548)	61.129	52.160	(597)	51.563

	Passivos de arrendamento	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	362
2027	100	95
	100	457

13. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS/CSLL retidos	27	22
ISS	67	16
IRRF	81	79
PIS	112	101
COFINS	525	471
IRPJ	434	386
CSLL	176	160
ICMS	-	36
	1.422	1.271

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências

As provisões para contingências no valor de R\$ 222 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 205 em 2024) são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	<u>222</u>	<u>205</u>
	<u>222</u>	<u>205</u>

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	<u>851</u>	<u>1.058</u>
Trabalhistas	<u>8.051</u>	<u>3.694</u>
Ambientais	<u>777</u>	<u>701</u>
	<u>9.679</u>	<u>5.453</u>

Processo trabalhista n.º 0011595-66.2024.5.15.0016

Processo em que o reclamante, que foi empregado da Concessionária no período de 2012 a 2023, formalizou um acordo de rescisão e extinção contratual, nos termos do Art. 484-A da CLT. O próprio requer como verbas trabalhistas/resilitórias: adicional por acúmulo de funções, sobreaviso, horas extras e reflexos e intervalo intrajornada. Sob a afirmação de ter sido acometido por doença profissional (perda da capacidade auditiva, desenvolvida em razão do excesso de ruído no ambiente de trabalho), bem como ter sofrido acidente típico que causou danos físicos (rompimento do manguito rotador), onde o mesmo requer indenização por dano moral, pagamento de pensão vitalícia, indenização por acidente grave e indenização por dispensa discriminatória. Por fim, pede que seja reconhecida a rescisão indireta, verbas rescisórias, multas e honorários advocatícios, no montante atualizado de R\$ 2.651 (R\$ 2.275 em 2024).

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências--Continuação

Processo trabalhista n.º 0011595-66.2024.5.15.0016--Continuação

Após a análise das alegações e documentos trazidos pelo reclamante aos autos, os consultores jurídicos externos da Concessionária entendem que os fatos não estão devidamente provados pelo reclamante, julgando, desta forma, que as chances de o reclamante ter pleno êxito em todos os seus pedidos perante à Justiça do Trabalho são diminuídas por fortes evidências periciais de ausência de nexo causal para a perda auditiva e inconsistências na dinâmica do acidente de ombro, questões técnicas e processuais que serão levantadas no decorrer da instrução processual.

Processo trabalhista n.º 0012661-15.2024.5.15.0135

Processo em que o reclamante, ex-empregado da concessionária Águas de Votorantim S.A., busca a nulidade/reversão de seu pedido de demissão em rescisão indireta, alegando estabilidade por doença ocupacional. O reclamante pleiteia o pagamento de adicional por acúmulo de funções, adicionais de insalubridade e periculosidade (ruído e agentes biológicos), sobreaviso, horas extras e indenização por dano existencial. Sob a afirmação de ter sofrido perda auditiva irreversível, requer indenizações por danos morais e estéticos, além de pensionamento mensal vitalício, totalizando o montante de R\$ 3.880 (nulo em 2024).

Após a análise técnica, o laudo médico pericial foi integralmente favorável à Concessionária, concluindo que a perda auditiva é preexistente (detectada no exame admissional), sem nexo causal com o trabalho e com capacidade laborativa preservada. Contudo, o feito ainda aguarda a conclusão da prova técnica ambiental (perícia de engenharia) para apurar a exposição a agentes insalubres e perigosos, ponto em que a concessionária sustenta a neutralização de riscos via EPIs.

Os consultores jurídicos externos da Concessionária entendem que o risco principal (indenizações e pensão) foi drasticamente mitigado pelo laudo médico. Os demais pedidos, incluindo os adicionais de insalubridade/periculosidade e jornada, dependem agora do desfecho da perícia ambiental e da prova testemunhal na audiência de instrução e julgamento.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição dos tributos diferidos

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	<u>31/12/2024</u>	<u>Resultado</u>	<u>31/12/2025</u>
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber	37	294	331
Provisões para contingências	69	6	75
Provisão participação nos lucros	167	1	168
Arrendamentos	40	(9)	31
Outros	-	2	2
Ativo fiscal diferido	<u>313</u>	<u>294</u>	<u>607</u>
Juros capitalizados	(2.602)	(1.007)	(3.609)
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(181)	11	(170)
Passivo fiscal diferido	<u>(2.783)</u>	<u>(996)</u>	<u>(3.779)</u>
Diferido líquido	<u>(2.470)</u>	<u>(702)</u>	<u>(3.172)</u>

b) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

Conciliação da taxa efetiva:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	24.349	21.670
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	<u>(8.279)</u>	<u>(7.368)</u>
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	10	(34)
Efeito referente à alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Incentivo empresa cidadã (lei nº 11.770/08)	26	5
Programa de alimentação do trabalhador (decreto nº 9.580/18)	134	116
Outros	-	(6)
Total de despesas de imposto de renda e da contribuição social	<u>(8.085)</u>	<u>(7.263)</u>
Alíquota efetiva	<u>33,2%</u>	<u>33,5%</u>

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos aos membros-chave da Concessionária o montante total de R\$ 880 (R\$ 867 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remunerações	634	616
Encargos sociais	192	190
Plano de saúde	29	33
Plano de previdência privada	15	19
Outros	10	9
	<u>880</u>	<u>867</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

Resumo das transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante:		
Créditos com partes relacionadas (a)		
Águas das Agulhas Negras S.A.	1	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	53	24
	<u>54</u>	<u>24</u>
Passivo circulante:		
Obrigações com acionistas		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.318	8.210
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	1.545	5.474
	<u>3.863</u>	<u>13.684</u>
Débito com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	320	275
Águas de Jahu S.A.	-	3
	<u>320</u>	<u>278</u>
	<u>4.183</u>	<u>13.962</u>
Despesas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contrato de fruição de utilidades comuns (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	<u>(2.911)</u>	<u>(2.690)</u>
Contrato de gestão - <i>Management Fee</i> (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	<u>(2.367)</u>	<u>(2.241)</u>
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil	<u>(850)</u>	<u>(747)</u>
SANO Saneamento e Participações S.A.	<u>(727)</u>	<u>(747)</u>
	<u>(3.944)</u>	<u>(3.735)</u>
Contrato de prestação de serviços (b)		
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil	<u>(490)</u>	<u>(460)</u>

- (a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de mercadorias ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil e SANO Saneamento e Participações S.A., acionistas da SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.
- (b) Contrato firmado com a AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade S.A. do Brasil para prestação de serviços de consultoria para 3ª (terceira) fase do projeto de gestão de perdas de água, com prazo determinado de 12 (doze) meses iniciando em 28 de maio de 2025 e com término em 25 de maio de 2026.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outras obrigações

Abaixo apresentamos a composições dos saldos relativos a outras obrigações:

	31/12/2025	31/12/2024
Retenção contratual	611	681
Obras a realizar de infraestrutura (custo de suporte)	1.059	1.155
Outros	142	83
	1.812	1.919

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social realizado, no montante de R\$ 27.600 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, está representado por 27.600.000 (vinte e sete milhões e seiscentas mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Posição acionária	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações (unidades)	Participação (%)	Quantidade de ações (unidades)	Participação (%)
SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	16.560.000	60%	16.560.000	60%
SGA - Sistema de Gestão Ambiental S.A.	11.040.000	40%	11.040.000	40%
	27.600.000	100%	27.600.000	100%

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva para investimentos

A Concessionária constitui reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. A reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito.

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 21 do Estatuto Social.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido	16.264	14.407
Constituição da reserva legal - 5%	(813)	(720)
Base de cálculo dos dividendos	15.451	13.687
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	3.863	3.422

e) Reserva para retenção de lucros

Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

19. Receita líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de prestação de serviços	86.014	80.727
Receita de construção	14.453	12.109
Cancelamentos	(596)	(673)
	99.871	92.163
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(7.888)	(7.384)
Descontos concedidos	(144)	(224)
Receita líquida	91.839	84.555

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Custos dos serviços prestados

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ônus da concessão	(2.491)	(2.346)
Amortização da concessão	(329)	(328)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(285)	(258)
Energia elétrica	(7.913)	(6.023)
Custo de construção	(14.453)	(12.109)
Materiais aplicados nos serviços	(3.143)	(3.134)
Salários e benefícios a empregados	(10.533)	(10.451)
Utilização de imóveis e telefonia	(45)	(56)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(2.596)	(2.630)
Serviços de terceiros	(3.594)	(2.932)
Depreciações e amortizações	(5.029)	(4.269)
Outros custos	(209)	(252)
	<u>(50.620)</u>	<u>(44.788)</u>

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(91)	(31)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(1.624)	(1.093)
Salários e benefícios a empregados	(6.783)	(6.693)
Utilização de imóveis e telefonia	(189)	(205)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(308)	(333)
Serviços de terceiros	(6.843)	(6.714)
Despesas com contencioso	(130)	(344)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(120)	(18)
Depreciações e amortizações	(414)	(411)
Reversões de contingências	6	-
Outras despesas	(1.171)	(1.242)
	<u>(17.667)</u>	<u>(17.084)</u>

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos com aplicações financeiras	2.851	2.242
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(177)	(142)
Juros e multas vinculadas à operação	896	798
Variação monetária sobre outros ativos	56	12
	<u>3.626</u>	<u>2.910</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.073)	(2.892)
Juros sobre arrendamentos	(75)	(108)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(692)	(439)
Atualização monetária das contingências	(23)	(26)
Tributos sobre operações financeiras	(437)	(11)
Descontos concedidos	(403)	(456)
Outras despesas financeiras	(431)	(152)
	<u>(4.134)</u>	<u>(4.084)</u>
Resultado financeiro	<u>(508)</u>	<u>(1.174)</u>

23. Seguros

A Administração de Águas de Votorantim S.A. adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

<u>Descrição de seguro</u>	<u>Vigência das apólices</u>	<u>Cobertura</u>
Riscos de engenharia e RC obras	31/12/2025 a 31/12/2026	182.741
Responsabilidade civil - D&O	27/10/2025 a 27/10/2026	50.000
Riscos operacionais	17/01/2026 a 17/01/2027	75.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2026 a 17/01/2027	19.500
Riscos ambientais	22/12/2025 a 22/12/2026	5.000
Seguros de veículos	17/10/2025 a 17/10/2026	200
Garantia de concessão	27/03/2025 a 27/03/2026	611

Águas de Votorantim S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Arrendamentos	39	139
Juros capitalizados	3.331	2.745
Aumento de capital social com reserva de retenção de lucros	-	6.000
Destinação de dividendos obrigatórios	3.863	3.422